



# Boletim informativo

Curitiba, 10 de agosto de 2012.

## Nesta edição

1. Número de expedientes	1
2. Instalação de novas Varas	2
3. Instalação de novas Varas	2
4. Varas de Família no Foro Central de Curitiba	3
5. Alteração de competência em matéria de sucessões	3
6. Eleições provocam mudanças na movimentação na carreira	3
7. Utilização da ECOFONTE	4
8. Instalação do PROJUDI em todas as Varas do Estado	4
9. Instalada a Comissão de Concurso para 367 Oficiais no Estado	4
10. Curso sobre ORÇAMENTO	4
11. Formação de colegiado para a prática de ato processual	5
12. Capacitação no sistema eVEP	5
13. Projeto Eficiência na VEP de Maringá	5
14. Leilão eletrônico	6
15. Mutirão na Penitenciária Central Feminina e outros departamentos	6
16. Juízes recebem reconhecimento por seu trabalho	7
17. Conhecendo a Corregedoria	8
18. Calendário de Correições	8

## Mensagem da Corregedoria-Geral da Justiça

Caro colega,

Temos a honra de repassar informações sobre alguns fatos relevantes acontecidos no mês último, e outros previstos para o mês corrente.

Atenciosamente,

Noeval de Quadros  
Corregedor-Geral

Lauro Augusto Fabrício de Melo  
Corregedor da Justiça

---

*"Sorte é o que acontece quando a  
preparação encontra a oportunidade."*

*(Elmer Letterman)*

---

## 1. Número de expedientes

Foram autuados na Corregedoria 493 processos novos, no mês de julho. Para o Corregedor-Geral foram distribuídos 1019 processos diversos, para manifestação ou voto e para o Corregedor da Justiça, 536. Foram proferidas 1091 decisões monocráticas pelo Corregedor-Geral e 278 pelo Corregedor da Justiça.

No Conselho da Magistratura, foram relatados 02 feitos pelo Corregedor-Geral da Justiça e pelo Corregedor da Justiça, 10.





*Solenidade realizada em 30.07.12, de instalação das seis novas Varas Cíveis (da 41ª à 46ª) do Foro Central de Curitiba, que tiveram a competência transformada para as matérias especializadas e funcionarão na rua Fernando Amaro, 60.*

## 2. Instalação de novas Varas

No dia 30 de julho foram instaladas na Rua Fernando Amaro, em Curitiba, 2 (duas) Varas de Executivos Fiscais Municipais, 2 (duas) Varas de Executivos Fiscais Estaduais e 2 (duas) Varas de Falência e Recuperação Judicial, para as quais estão sendo redistribuídos os feitos dessa natureza hoje em andamento nas 8 (oito) Varas da Fazenda Pública do Foro Central.

Como se verificou do Boletim Mensal, enquanto em 2007 havia em andamento nessas quatro varas um total de 321.245 processos, em 2008, 342.525, em 2009, 374.964 e em 2010, 404.760, evidenciando um déficit cada vez maior no número de julgamentos.

Gize-se que ao longo desses quatro anos, ingressaram 161.110 ações novas e apenas 91.005 chegaram ao fim.

A inspeção realizada pelo CNJ no Tribunal de Justiça do Paraná, em 2009, elencou como um dos “gargalos” da prestação jurisdicional no Estado o acúmulo de feitos nas quatro varas da Fazenda, recomendando providências urgentes para se diminuir o acervo.



*Centro Comercial Essenfelder, localizado na Rua Mauá, 920, no qual funcionam as quatro Varas da Fazenda mais antigas (da 1ª à 4ª) do Foro Central de Curitiba.*

## 3. Instalação de novas Varas

Durante décadas, foram apenas quatro as Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas que atenderam a população da Capital.

Embora criadas 2 novas Varas em 1998, e outras 2 em 2003, elas não tinham sido instaladas.

Após inspeção realizada pela Corregedoria-Geral estadual, em abril de 2011, e graças ao aumento no orçamento do Judiciário, ao dinamismo do Presidente Miguel Kfoury e à sensibilidade dos membros do Órgão Especial, foram autorizadas a instalação em julho de 2011 das quatro Varas criadas em 1998 e 2003 e criadas outras seis Varas especializadas, instaladas agora em julho de 2012, passando de 4 (quatro) para 14 (quatorze) as unidades que atendem a matéria, provocando uma verdadeira revolução nesse setor e acelerando a recuperação do crédito tributário, que no Paraná, ainda é baixa.

As duas Varas da Falência passarão a contar, doravante, com um Analista-Contador, que auxiliará os juízes no exame das prestações de contas, dos investimentos e aplicações feitos pelo síndico e em outras exigências técnicas desses feitos.



*Prédio situado na rua Lysímaco Ferreira da Costa, 355, no qual funcionam as outras quatro Varas da Fazenda (da 5ª à 8ª) do Foro Central de Curitiba.*



Prédio situado na rua da Glória, 290, que será inaugurado ainda este ano e abrigará oito das dez Varas de Família (da 1ª à 8ª) do Foro Central de Curitiba.

## 4. Varas de Família no Foro Central de Curitiba

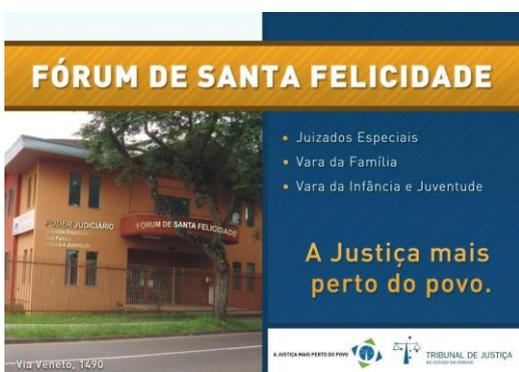
As 4 (quatro) Varas de Família do Foro Central de Curitiba, que eram recordistas em reclamações na Ouvidoria, especialmente por conta do déficit de funcionários nos cartórios, em face da baixa rentabilidade para os Escrivães (eram todos cartórios privatizados), igualmente receberam inspeção da Corregedoria e depois, força-tarefa, em 2011.

De igual forma, o Tribunal resolveu criar outras 4 (quatro) Varas, estas digitais e agora, dois novos Fóruns Descentralizados (Santa Felicidade e CIC), o que resultará na expansão de 4 para 10 no número de Varas que atendem essa matéria, na Capital.

Por outro lado, com a estatização em 2009 da 1ª Vara e nos próximos dias, da 3ª Vara de Família (cujo escrivão se aposentou), restarão apenas duas Varas de Família não-oficializadas no Foro Central.

Ainda assim, por iniciativa do Tribunal, a 2ª Vara de Família teve todos os seus processos digitalizados.

Desse modo, com a agilização dos feitos, aproximando-se do ritmo ideal, as Varas de Família deixaram de ser as recordistas em reclamações que chegam ao Tribunal.



Prédio situado na Via Vêneto, 1490, no qual funciona a Vara Descentralizada de Santa Felicidade (10º Juizado Especial Cível), com abrangência para atender 14 bairros e competência para as matérias do Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública, bem como da Família e da Infância e Juventude, nos termos da Resolução nº 50/2012, do Órgão Especial.

## 5. Alteração de competência em matéria de sucessões

A partir de 9 de agosto, os feitos relativos à sucessões serão processados nas Varas de Família, e não mais nas Varas Cíveis.

A Resolução nº 49/2012, aprovada pelo Órgão Especial, ressalva que não haverá redistribuição de processos.

Clique [aqui](#) para acessar a íntegra do documento.



Prédio situado na rua Ludovico Kaminski, 2525, que abrigará a Vara Descentralizada da Cidade Industrial (6º Juizado Especial Cível), com abrangência para atender 4 bairros e competência para as matérias do Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública, bem como da Família e da Infância e Juventude, nos termos da Resolução nº 50/2012, do Órgão Especial.

## 6. Eleições provocam mudanças na movimentação na carreira

Os juízes que forem removidos ou promovidos a partir de 7 de julho poderão ficar designados na Vara ou Comarca da qual saíram, até o fim das eleições municipais.

Não haverá paralisação na movimentação na carreira, porém o Presidente do Tribunal decidirá sobre a conveniência de o juiz permanecer atendendo, temporariamente, a antiga Comarca.



## 7. Utilização da ECOFONTE

Colabore com as ideias de sustentabilidade. Utilize a ECOFONTE, bem como faça a impressão frente e verso dos documentos. Toda ideia que vise otimizar os recursos existentes deve merecer nosso apoio e divulgação. Pensando nisso, este boletim informativo teve todos os seus artigos editados com a ECOFONTE.

Para saber mais, clique [aqui](#).

## 8. Instalação do PROJUDI em todas as Varas do Estado

Inicialmente, serão 73 as Varas Cíveis (todas de entrância inicial) que receberão novas ações no sistema PROJUDI, bem como as Varas Cíveis, da Fazenda Pública, Acidentes de Trabalho e Registros Públicos das comarcas de Altônia, Alto Paraná, Alto Piquiri, Antonina e Cambará, que passaram a operar somente por meio do PROJUDI para os processos novos. A pretensão é expandir até o final do ano para as Varas Cíveis de todas as entrâncias.

Igualmente, encontra-se em fase de desenvolvimento, pelo DTIC, o PROJUDI para as Varas Criminais.



## 9. Instalada a Comissão de Concurso para 367 Ofícios no Estado

Foi publicado em 11 de julho de 2012 o Edital nº 01/2012, assinado pelo Corregedor da Justiça, Des. Lauro Fabrício de Melo, que tornou pública a relação geral dos serviços notariais e de registro vagos no Paraná, até a data de 6 de julho, totalizando 367 ofícios.

Formada pelo Presidente do Tribunal de Justiça a Comissão de Concurso, que será presidida pelo Des. Espedito Reis do Amaral, em breve deve ser realizado o certame.

Acesse [aqui](#) a relação.

## 10. Curso sobre ORÇAMENTO

A pedido do Corregedor-Geral da Justiça, o Presidente Miguel Kfoury deferiu a contratação do Professor Armando Cunha, da Fundação Getúlio Vargas, para ministrar um curso de Capacitação em Poder Judiciário, com o tema "Orçamento como instrumento de controle e planejamento", com base no artigo 24, inciso XIII da Lei nº 8.666/93, direcionado a magistrados e servidores deste Tribunal de Justiça, visando o seu aprimoramento gerencial.

A primeira turma, de 30 (trinta) participantes, terá o curso de 8 (oito) horas, que será realizado em duas etapas, no dia 22 de agosto para servidores e no dia 23 para magistrados. As inscrições poderão ser feitas até o dia 12 de agosto. Para se inscrever, clique [aqui](#).





## 11. Formação de colegiado para a prática de ato processual

Foi publicada em 25 de julho a Lei Federal nº 12.694, que dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas, bem como sobre outras medidas, de proteção aos juízes.

A lei entrará em vigor em 90 dias. O TJPR já trabalha na sua regulamentação.

Clique [aqui](#) para acessar o texto da lei na íntegra.

## 12. Capacitação no sistema eVEP

Realizou-se de 16 a 20 de julho o curso de capacitação eVEP para operadores das Varas de Execuções Penais do Estado.

O treinamento, por videoconferência, elaborado e desenvolvido pelo DTIC, com o apoio da Corregedoria, teve a finalidade de demonstrar as novas funcionalidades do Sistema eVEP, simultaneamente, a todos os juízes e funcionários das Varas de Execuções Penais do Estado, num total aproximado de 50 pessoas, das comarcas de Cascavel, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Curitiba.

As videoaulas que explicavam as diversas funções do sistema eram acompanhadas de intervalos para sugestões e discussões.

O novo sistema de controle de processos das Varas de Execuções Penais, que entrou em funcionamento no dia 30 de julho, possui uma interface mais prática e funcional e tem a finalidade de agilizar e aumentar a produtividade no trabalho diário dos servidores, escrivães e magistrados das referidas varas.

## 13. Projeto Eficiência na Vara de Execução Penal de Maringá

Como parte da expansão do programa de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, o CNJ instituiu um Grupo de Trabalho para atuar de 5 a 11 de agosto na implantação do “Projeto Eficiência” na VEP de Maringá.

A Portaria nº 40, de 26 de julho de 2012, da Presidência do CNJ, visa padronizar procedimentos operacionais em todo o país, por meio de projetos-piloto como o que realiza agora no Paraná.



*Clique no ícone para acessar as orientações, o manual e as videoaulas relacionadas ao sistema.*

---

*“O que sabemos é uma gota, o que não sabemos é um oceano.”*

*(Isaac Newton)*

---

---

*“O baile da vida: a vida é um jogo do qual ninguém pode retirar-se levando apenas os lucros.”*

*(Andre Maurois)*

---

## 14. Leilão eletrônico judicial

Foi aprovado na sessão do Conselho da Magistratura de 20 de julho a proposta da Corregedoria de alteração do Código de Normas, autorizando a realização do leilão eletrônico judicial.

A medida, que agora se encontra no DTIC para desenvolvimento do programa, trará inúmeras facilidades.

Dentre elas, destaca-se a possibilidade de participação dos interessados à distância, com o conseqüente aumento do número de licitantes, de arrematações e do valor arrecadado, melhorando o resultado para credor e devedor.

## 15. Mutirão na Penitenciária Central Feminina e outros departamentos

Os juízes Moacir Dalla Costa e Eduino Lino Bueno Fagundes Jr, este Coordenador do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, acompanhado de vários servidores, estiveram no dia 13 de julho fazendo a revisão de processos relativos às mulheres encarceradas, abrangendo a Penitenciária Feminina do Paraná (PFP), Centro de Regime Semiaberto Feminino de Curitiba (CRAF) e Centro de Triagem I (CTI).

Os trabalhos foram realizados dentro da PFP. Da revisão de 643 feitos executórios, 31 mulheres foram postas em liberdade e 29 progredidas ao regime semiaberto.

Além disso, foram entregues 195 atestados de pena e várias reeducandas, já em liberdade, encaminhadas ao mercado de trabalho pelo projeto Começar de Novo, que já tem mais de 499 empresas cadastradas.

Participaram ainda a promotora Marla Lurdes de Freitas Blanchet e advogados do sistema Penitenciário.

O trabalho, feito em parceria com o projeto “Justiça no Bairro”, coordenado pela Des. Joeci Camargo, dá continuidade ao já realizado no Complexo Médico Penal, e que teve repercussão nacional, bem demonstrando o comprometimento dos juízes do Paraná, na melhoria das condições da execução penal.

Novo mutirão deverá ser realizado nos dias 23 e 24 de agosto, desta feita na Colônia Penal Agroindustrial.



Trabalhos da 2ª Secretaria de Execuções Penais.



Creche da Penitenciária Feminina do Paraná (PFP).

## 16. Juízes recebem reconhecimento por seu trabalho

A juíza da comarca de Paranavaí, Daniela Flávia Miranda, foi homenageada pela subseção local da OAB, por meio de ofício encaminhado ao presidente do TJ, desembargador Miguel Kfourri Neto, ao corregedor-geral da Justiça, desembargador Noeval de Quadros e à própria juíza.

No documento, a magistrada foi elogiada pelo excelente trabalho desenvolvido na comarca e no trato com advogados, sempre pronta a atendê-los.

Promovida à entrância final, a juíza atuará na comarca de Ponta Grossa.

A OAB de Paranavaí, concluiu no documento: *“Saiba de nossa alegria por sua assunção à entrância final, embora, saiba também, a tristeza que restou por perder o seu trabalho dedicado aqui nesta comarca”*.

De igual maneira, o juiz Luiz Eduardo Asperti Nardi, que julgou em Paranavaí também foi elogiado pela subseção local da OAB, por meio de ofício encaminhado ao Corregedor-Geral da Justiça.

Promovido à entrância final, o magistrado atuará na comarca de Londrina.

Por sua vez, a juíza da comarca de Loanda, Isabele Papafanurakis Noronha apresentou na quinta-feira (2/8), às 14h, o projeto Grão de Mostarda no museu Oscar Niemeyer.

O convite partiu da Secretaria de Justiça do Estado do Paraná, que está promovendo o evento na capital.

O Projeto Grão de Mostarda começou na cidade de Nova Londrina em 2010, com objetivo de ajudar na ressocialização dos presos da cidade.

Atualmente, várias empresas do setor privado e público vêm contribuindo com as iniciativas da juíza e apoiando o projeto, que também é realizado em Nova Londrina.

Segundo a magistrada, o trabalho desenvolvido pelo Grão de Mostarda parte de cinco vertentes fundamentais, como a realização de mutirões carcerários, verificação do cumprimento da pena, trabalhos laborais e colocação de egressos no mercado de trabalho.

O projeto de Isabele também recebeu grandes elogios do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).



Juíza Isabele Papafanurakis Noronha, da comarca de Loanda, durante evento promovido em 02.08.12 pela Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado do Paraná, no qual proferiu palestra sobre o projeto "Grão de Mostarda".



AGOSTO 2012						
		1	2	3	4	
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

## 17. Conhecendo a Corregedoria

Desde o final do mês de maio, passaram a integrar a equipe de juízes Auxiliares da Corregedoria, os juízes Alexandre Barbosa Fabiani e Guilherme Frederico Hernandez Denz. O Dr. Alexandre Barbosa Fabiani foi apresentado no boletim anterior.

O Dr. Guilherme Hernandez Denz ingressou na carreira da magistratura em abril de 2000 como juiz substituto na seção judiciária de Loanda. A primeira comarca como titular foi em Cerro Azul.

No ano de 2005, foi promovido para a Vara Criminal e Anexos de São Mateus do Sul. Em 2007, chegou à entrância final em Ponta Grossa e, em dezembro do mesmo ano, assumiu a 3ª Vara Cível daquela Comarca.

No mês de março de 2012, foi removido para R. M. de Curitiba, sendo, atualmente, juiz de direito titular da 1ª Vara Cível.

É especialista em Direito de Processo Civil e Direito Civil pelo Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos – IBEJ e mestre em Direito Socioambiental pela PUC do Paraná.

## 18. Calendário de Correições

No mês de **julho**, foram realizadas as Correições indicadas abaixo:

### Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba

#### Foro Extrajudicial

10 e 11/07/12 – 3º Tabelionato de Protesto

#### Interior (Foros judicial e extrajudicial)

16 a 20/07/2012 – Londrina

30 e 31/07/2012 – Londrina

Para o mês de **agosto**, estão previstas Correições indicadas abaixo:

### Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba

#### Foro Judicial

08/08/12 – 11ª Vara Criminal, 11ª Vara Cível e 4º Juizado Especial Criminal

22/08/12 – 14ª Vara Criminal, 12ª Vara Cível e 5º Juizado Especial Criminal

#### Foro Extrajudicial

07 e 08/08/12 – Distrital do Tatuquara

21 e 22/08/12 – 4º Tabelionato de Protesto

#### Interior (Foros judicial e extrajudicial)

01 a 03/08/12 – Londrina

13 a 17/08/12 – Londrina

27/08/12 – Santa Fé

28/08/12 – Arapongas

29 a 31/08/12 - Apucarana

Clique [aqui](#) para saber mais sobre o calendário de correições e inspeções.



Corregedoria-Geral da Justiça

---

## Ano 2012 – Nº 8

**Publicação Eletrônica Mensal da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná.**

Des. Noeval de Quadros, Corregedor-Geral da Justiça.

Des. Lauro Augusto Fabrício de Melo, Corregedor da Justiça.

**Coordenação e Edição:** Lenir Stival Possenti,  
Simone Ribeiro Gama Triches e  
Hayton Lee Swain Neto.

---

---

*“A opinião é o tribunal dos tribunais. Ante ela se examinam e reveem as sentenças da justiça ordinária. As suas correntes, na atividade incessante da vida, são as forças morais, a cujo contato benfazejo se avigora, nos conflitos entre interesses poderosos, a independência das grandes magistraturas.”*

*(Ruy Barbosa)*

---